



Câmara Municipal de Caminha  
Ata 23/25 de 18/12/2025

1

**ATA NÚMERO 23/25 DA REUNIÃO  
EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE CAMINHA  
REALIZADA NO DIA 18 DE  
DEZEMBRO DE 2025.**

*Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e cinco, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal sob a presidência de **LILIANA SOFIA BOUÇA DA SILVA** e com a presença dos Senhores Vereadores **CARLOS FERNANDES ALVES DE CASTRO, ANA MARIA COSTA DA ROCHA, JOSÉ CARLOS RODRIGUES LEAL COSTA, RUI MIGUEL RIO TINTO LAGES, LILIANA DE SOUSA RIBEIRO e JOÃO ANTÓNIO BRANCO PINTO.***

Iniciada a reunião, às 15:00 horas, pela Senhora Presidente **Liliana Sofia Bouça da Silva** foram tratados os assuntos a seguir indicados:

A **Senhora Presidente** cumprimentou os presentes e de seguida passou ao período da ordem do dia.

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**PROPOSTA N.º 1 – APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS;**

Nos termos definidos no art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal e



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

sob proposta da Câmara Municipal, fixam anualmente o valor das taxas a aplicar dentro dos intervalos definidos pelas alíneas b) e c) do n.º 1 do referido artigo.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere aprovar a fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis, nos termos da proposta que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.

Mais **se propõe** que a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal, nos termos da Lei.

A **Senhora Presidente** esclareceu que nenhuma das propostas desta reunião foi retirada da ordem de trabalhos na reunião do dia anterior como se deu a entender para o exterior, por haver qualquer tipo de ilegalidade. Explicou que é uma nova forma de apresentar as propostas, por uma questão de os Vereadores do Partido Socialista também se sentirem mais confortáveis, e não houve qualquer problema em que se retirasse a proposta. Esclareceu que não foi consultado nenhum assessor jurídico, conforme foi veiculado num jornal, não corresponde com a verdade, foi consultado pelo gabinete da Assembleia Municipal para perceber se os prazos permitiam realizar esta reunião. Com a aprovação as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis este executivo pretende dar um sinal claro às famílias do concelho de Caminha de que quer que elas fiquem com mais disponibilidades financeiras e também quer dar um outro sinal claro principalmente para aqueles que moram na Serra d'Arga saibam que se está a lutar pela coesão territorial para combater também a desertificação de determinados territórios e, portanto, a nossa proposta neste sentido vai para a minoração para a União de Freguesias das Argas, passando-a para 0,30% e para prédios urbanos uma redução também para os 0,39%. Disse que esta medida foi uma luta sua ao longo de muitos anos e que me foi recusada neste mesmo órgão durante anos, assim como o IMI familiar. O IMI familiar vai manter-se exatamente na proporção legal que é explicitada neste documento. Referiu que quer acima de tudo que a população do Concelho de Caminha saiba que



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

está a trabalhar para reduzir os encargos anuais que têm com este tipo de impostos.

O **Senhor Vereador Rui Lages** cumprimentou os presentes e referiu que, na reunião anterior, se estava perante um quadro de ilegalidade caso a proposta fosse aprovada tal como tinha sido submetida no dia anterior, salientando que *“ainda bem que houve a preocupação de realizar esta reunião extraordinária para que o procedimento pudesse decorrer de forma legal”*. Referiu que fundamentou igualmente a sua exposição no dia anterior, explicando as razões da ilegalidade da proposta e os fundamentos que dela constavam, e que é precisamente por esse motivo que se está agora nesta reunião a fazer o que deve ser feito.

Relativamente à proposta do IMI, afirmou que existe uma redução do imposto e felicitou todas as reduções de impostos municipais em benefício das famílias, no entanto, salientou que se trata de uma descida de apenas 0,01%. Considerou que todas as reduções são bem-vindas, mas recordou que, em anos transatos, e como a Senhora Presidente também já referiu, muitas propostas não tiveram acolhimento, sendo a própria Senhora Presidente, enquanto líder da oposição, quem propunha a descida de diversos impostos, incluindo o IMI, para os níveis percentuais mais baixos. Assim, entende-se que não se verifica uma mudança estrutural no que diz respeito à redução de impostos, uma vez que, no caso do IMI, a descida é apenas de 0,01%, contrariando aquilo que eram as propostas apresentadas quando se encontrava na oposição.

Realçou ainda que a arrecadação de receita por via do IMI integrará um conjunto mais vasto, que será o orçamento a discutir posteriormente, o qual será, segundo referiu, o maior orçamento de sempre desde que há memória em democracia, rondando os 36 milhões de euros. Considerou que, perante esse montante, a redução de apenas 0,01% é diminuta, reiterando, contudo, que toda a descida é bem-vinda, incluindo a minoração prevista para a freguesia da União de Freguesias de Argas de Baixo e Argas de Cima e São João.



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

Relativamente ao Regulamento Extraordinário de Apoio aos Bombeiros Voluntários de Caminha e Vila Praia de Âncora, referiu que existem diversos pedidos de bombeiros que pretendem usufruir da medida de isenção de IMI e questionou se essa regalia será efetivamente comunicada aos Bombeiros Voluntários, uma vez que na deliberação não há qualquer referência ao enquadramento legal do regulamento quanto à isenção aplicável aos bombeiros voluntários.

A **Senhora Presidente** respondeu que não compreende muito a questão do Senhor Vereador Rui Lages estar constantemente a falar em ilegalidades porque em 12 anos de gestão do Partido Socialista foram muitas, nomeadamente a questão do CET e muitas outras e, portanto, este executivo está a tentar fazer um trabalho sério. Disse desconhecer a ilegalidade na forma que foi apresentada a proposta ontem na reunião de Câmara, uma vez que ia ser votada anexo a anexo, sendo que há várias Câmaras que já o fazem. No distrito a Câmara de Monção, a Câmara de Oeiras e existem muitas outras câmaras do país que fazem a votação desta forma. Portanto, ilegalidade não é, pode é o Senhor Vereador Rui Lages desconhecer este tipo de formato, mas não havia ilegalidade, de facto, em lado nenhum. Referiu que o Senhor Vereador mistura os assuntos, porque falou que vai ser o maior orçamento de sempre, só se vai reduzir 0.01% no IMI, mas não refere que 10 milhões são só para despesas de capital, pelo que não se pode confundir as pessoas com conceitos diferentes. Disse que de facto é um orçamento maior, que conta com muito dinheiro para o investimento, muito por via de candidaturas e, portanto, é nesse sentido que se está a trabalhar, para que as candidaturas não se percam, para que os investimentos não deixem de ser feitos. As pessoas estavam fartas da falta de investimento por todas as freguesias. Este executivo quer investir em todas as freguesias, mas de uma forma responsável. Qualquer orçamento tem que ter um carácter dinâmico, mas há partes que não podem ser dinâmicas, ou seja, dinâmico no sentido de que se aparecer um imprevisto não se deve ter



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

problemas nenhuns e trazer a Reunião da Câmara uma revisão de orçamento. Esta redução do IMI é um sinal claro às famílias, sendo uma perda de receita de cerca de 90 mil euros que se pretende entregar às famílias do Concelho.

O **Senhor Rui Lages** disse que quando se perde algum tipo de argumentário, vem logo à cabeça aquela muleta do CET, já se percebeu na última reunião e nesta também, mas a Senhora Presidente pode continuar com este argumentário, não há problema nenhum. O que os Vereadores do Partido Socialista estão a discutir é sobre propostas concretas. Disse que governar são escolhas e opções, mas a Senhora Presidente sempre disse que ia baixar os impostos de uma forma substancial e vê-se nesta proposta apenas 0,01%. Referiu não ser contra, mas não pode na oposição dizer-se uma coisa e depois fazer outra. Solicitou uma resposta sobre a questão dos bombeiros. Reiterou que existia uma ilegalidade na forma como se pretendia fazer a última reunião de Câmara, até porque tanto assim é, que na ordem de trabalhos não vinha explicada esta situação de votação separada de cada proposta, o que deveria ter sido feito desde início.

A **Senhora Presidente** disse que se congratula com esta nova postura do Senhor Vereador Rui Lages, porque essa também é a nova postura do município de Caminha. Questionou quantas vezes foram pedidos para retirar documentos em reunião de Câmara que não estavam bem, nunca eram acauteladas as questões legais e avançavam, mas depois tinha de ir novamente a reuniões de Câmara a seguir para serem revogadas. Este executivo tem outra postura para que as pessoas se sintam confortáveis. Afirmou que vai baixar substancialmente os impostos desta Câmara nos próximos quatro anos, mas em virtude de haver um investimento de cerca de 13 milhões de euros no território em 2026 e por ter de fazer este esforço financeiro de participações por parte do município, foi necessário fazer uma gestão responsável de descer aquilo que é possível e dar



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

já um sinal claro às famílias do concelho de Caminha que se está cá para continuar nesta senda da descida dos impostos. Explicou que a questão dos bombeiros já foi debatida nos serviços e não foi incluída nesta proposta pelo motivo que está a ser analisado novamente o regulamento, porque há muitas dúvidas na sua aplicabilidade, nomeadamente dúvidas legais, que estão agora a ser tratadas pelo departamento jurídico, mas até à próxima reunião de Câmara comprometeu-se a informar os Senhores Vereadores de quais são as dúvidas, até para ficarmos todos esclarecidos.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores Carlos Castro, Ana Rocha, José Leal, Rui Lages, Liliana Ribeiro e João Pinto, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **PROPOSTA N.º 2 – APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS;**

Determina o artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% do IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do CIRS.

A participação referida anteriormente depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica, pela respetiva Câmara Municipal, à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos, de acordo com o n.º 2 do referido artigo e diploma.

Compete à Câmara Municipal deliberar sobre a participação variável do IRS e remeter a proposta à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere aprovar a participação variável no IRS, nos termos da proposta que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.

Mais se **propõe** que a presente proposta seja submetida à Assembleia Municipal, nos termos da Lei.

A **Senhora Presidente** explicou que nesta proposta propõe-se a manutenção da percentagem, em virtude da quantidade de investimento que é necessário fazer no Concelho de Caminha e por via da comparticipação do município, não se consegue descer este ano a comparticipação do IRS fixando-se ela em 4.5%, com a expectativa de no próximo ano conseguir-se baixar já de forma significativa este imposto.

O **Senhor Vereador Rui Lages** disse que a argumentação é semelhante àquela que fez na questão do IMI, também a explicação foi semelhante à proposta anterior, mas não poderíamos deixar de a fazer, considerando sempre que houve essa promessa, houve compromisso de se baixar a participação variável do IRS, o apoio direto também às famílias, era esta a expectativa que havia e qualquer ponto percentual que fosse mexido seria bem-vindo, na certeza que as pessoas também compreenderiam melhor aquilo que era dito anteriormente e aquilo que é assumido atualmente. Disse saber que governar é sempre mais difícil do que fazer crítica ou do que propor apenas por propor. Não obstante, afirmou que os Vereadores do Partido Socialista não acompanham esta proposta, tendo em conta as declarações proferidas antes do ato eleitoral, quando se encontrava na oposição, e as posições assumidas pelo atual Executivo relativamente à matéria dos impostos e, portanto, votarão contra esta proposta.



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

A **Senhora Presidente** respondeu que tinha a expectativa de ir mais além no que diz respeito ao IRS, mas não foi possível, porque quando este executivo tomou posse na Câmara Municipal deparou-se com uma série de situações complicadas, com informações do Tribunal e da CCDR-N a pedirem devolução de dinheiro, com notificações de dívida relativamente a 140 mil euros num projeto que não foi executado devidamente, mais 40 mil euros num outro projeto que também não foi executado devidamente, e depois aparecem quase todos os dias faturas sem requisição, mas tem que se arranjar um enquadramento legal para efetuar estes pagamentos, e depois quando se quer tomar uma decisão e os serviços dizem "baixar o IRS implica isto, mas depois na questão da despesa vai implicar isto, mas isto ainda pode aparecer e vamos ter que pagar." Portanto este executivo está para resolver os problemas, sem procurar culpados, mas sim para ajudar a resolver problemas e para arranjar soluções que permitam sustentabilidade financeira ao Município de Caminha.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores Carlos Castro, Ana Rocha e José Leal, 3 votos contra dos Senhores Vereadores Rui Lages, Liliana Ribeiro e João Pinto, e 0 abstenções.

### **PROPOSTA N.º 3 – APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA;**

Determina o art.º 18.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, que os municípios podem deliberar lançar uma derrama, de duração anual e que vigorará até nova deliberação, até ao limite máximo de 1,5%, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).

Esta deliberação deverá ser comunicada, por via eletrónica, pela Câmara Municipal à Autoridade Tributária até 31 de dezembro.



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere aprovar o lançamento de uma derrama, nos termos da proposta que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.

Mais **se propõe** que esta deliberação seja remetida à Assembleia Municipal, nos termos da alínea d), do n.º 1 do art.º 25.º e da alínea ccc), do n.º 1 do art.º 33.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

A **Senhora Presidente** explicou que questão da Derrama também é uma questão muito importante, principalmente quando defendeu sempre a questão das empresas e da situação empresarial do concelho de Caminha, da falta de investimento que tem havido ao longo dos anos, nomeadamente na zona empresarial Âncora com passeios estragados e é preciso fazer um investimento. Referiu que a Câmara Municipal pretende fazer um investimento na área empresarial da Gelfa, porque vão abrir novas candidaturas já no próximo ano, e para investir tem de haver dinheiro e, portanto, neste sentido pretende-se fixar a Derrama exatamente nos mesmos valores do ano passado.

O **Senhor Vereador Rui Lages** disse que no debate destas propostas é sempre complicado argumentá-las e defendê-las, e depois contra-argumentá-las e defendê-las, porque há quase sempre os mesmos argumentos numa posição e noutra, mas faz parte. Disse que o próximo orçamento vai ter o maior investimento de sempre, mas convém referir que é um legado que deixa o Partido Socialista no executivo, com as candidaturas todas submetidas e todas aprovadas, a Senhora Presidente beneficiará desse trabalho e retirará os louros da execução desses projetos. Mas como também é óbvio, cuidar do espaço público é fundamental, cuidar das zonas empresariais e industriais é fundamental, e ainda bem que a Senhora Presidente tem isso em mente. A posição do Partido Socialista relativamente a esta proposta, não pode ser outra a não ser um voto contra, até para estar em linha com aquilo que era o pensamento da Senhora Presidente quando estava na oposição, que achava



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

que se deveria baixar os impostos para apoiar as empresas, para fomentar o emprego, para criar economia, para criar dinamismo. Afinal o que propõe é precisamente manter o “status quo” daquilo que criticava quando estava na oposição.

A **Senhora Presidente** respondeu que a Câmara de Caminha teve muito investimento nos últimos anos e não conseguiu fazê-lo e perdeu candidaturas. Referiu que espera em dezembro do próximo ano dizer que foi possível pôr tudo em prática, com muito esforço que vai ser preciso fazer, porque na habitação social está-se a correr contra o tempo, com reuniões de manhã, de tarde, de noite, a falar com toda a gente a ver se podem ajudar para se recuperar algum tempo mas já se sabe que dos 4 milhões, tem dúvidas que se consiga executar todo o valor, por ser impossível em seis meses. Destacou o Centro de Saúde de Vila Praia de Âncora, que houve necessidade de chamar o gabinete projetista para uma reunião porque os prazos estão a avançar, para depois se chegar à conclusão de que havia erros de projeto assumidos pelo próprio gabinete projetista. Assim como a tentar resolver a questão da escola primária de caminha, porque vai começar a obra, mas não estão acautelados os contentores, porque ou se gasta 200 mil euros em contentores para 9 meses, ou se tenta arranjar uma solução para albergar os alunos durante aquele período, uma vez que já se chegou à conclusão que não vai ser possível que eles fiquem na escola durante o período da obra. Portanto, são tudo questões que este executivo está a trabalhar, mas a trabalhar com afinco.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores Carlos Castro, Ana Rocha e José Leal, 3 votos contra dos Senhores Vereadores Rui Lages, Liliana Ribeiro e João Pinto, e 0 abstenções.

**PROPOSTA N.º 4 – APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A**



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

### **TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM;**

Determina a Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei da Comunicações Eletrónicas) e respetivas atualizações, no seu artigo 106.º a existência de uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem, a qual é determinada com base na aplicação de um percentual sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, até um máximo de 0,25%.

Sendo esta uma receita enquadrável na alínea m) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, **propõe-se** que Câmara Municipal delibere aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, nos termos da proposta que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata e remeter a proposta à Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores Carlos Castro, Ana Rocha, José Leal, Rui Lages, Liliana Ribeiro e João Pinto, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **PROPOSTA N.º 5 – APROVAR SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO 2026;**

Nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 33.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a Proposta de Orçamento, assim como nos termos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, do citado diploma, compete à Assembleia Municipal aprovar as Grandes Opções do Plano e a Proposta de Orçamento.

O orçamento apresenta, tanto na receita como na despesa, o montante de 35.356.529,13€ (trinta e cinco milhões, trezentos e cinquenta e seis mil,



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

quinientos e vinte e nove euros e treze cêntimos), atingindo a parcela das atividades mais relevantes do município, devidamente discriminados no mapa do plano de atividades municipais, o montante de 4.994.462,94€ (quatro milhões, novecentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e sessenta e dois euros e noventa e quatro cêntimos) e a parcela dos investimentos o valor de 13.250.695,48€ (treze milhões, duzentos e cinquenta mil e seiscentos e noventa e cinco euros e quarenta e oito cêntimos), cujos projetos se encontram devidamente identificados no Plano Plurianual de Investimentos.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal o documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2026, que uma cópia fica anexa à ata e dela faz parte integrante.

A **Senhora Presidente** explicou que este documento é muito completo, é um documento responsável, que traz inclusive em coordenação, aliás é essa a opinião até dos técnicos que o analisaram. Agradeceu profundamente aos três técnicos que trabalharam de dia e de noite para que ele fosse possível estar a ser aprovado em que um curto espaço de tempo, com novas decisões, com novos protagonistas políticos, com novas formas de trabalhar, eles foram incensáveis, o Dr. João Fernando Ferreira, a Dra. Carina Aldeia e a Dra. Ana Dourado e todos os outros que trabalharam para que isto fosse possível. Agradeceu aos Vereadores na concretização deste orçamento, porque houve um trabalho de equipa muito grande. Agradeceu ainda também os contributos do Partido Socialista. Este é o orçamento de todos que carrega decisões que já vêm do anterior executivo e que se vão cumprir. Portanto, relativamente a este orçamento, é muito evidente para quem já analisou as propostas que este executivo está a olhar para o território como um todo. Chamou a atenção também neste documento para determinadas questões nomeadamente estratégia local de habitação, para fazer a revisão desta estratégia, de modo a conseguir colmatar a questão da habitação social. O Governo está a trabalhar também numa série de linhas de financiamento, que ainda não se conhece quais



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

são as taxas que vão ser aplicadas, qual é a forma de financiamento e como é que tudo vai funcionar. Portanto, deve-se fazer um compasso de espera, que espera que seja bom para o Concelho de Caminha e que se coadune com aquela que é a estratégia do município. Referiu que este orçamento olha com respeito para cada munícipe e cada freguesia. Houve reuniões com todas as Juntas de Freguesia de forma particular, em que elas elencaram também algumas prioridades já para o próximo ano, para conseguir acorrer às pretensões praticamente todas. Em termos de política fiscal, disse que já ficou discutido nas propostas anteriores e gostava de também ver implementadas aquelas que foram propostas em período eleitoral, como a questão do cheque dentista e do cheque para consultas oftalmológicas às famílias mais carenciadas, que irá estar no próximo ano, porque primeiro é preciso fazer uma análise para fazer o regulamento para que tudo fique correto. Portanto, vai demorar mais tempo, mas há quatro anos para cumprir. Ao nível da ação social, da ação social já tem havido algumas alterações nos procedimentos, como por exemplo, haver uma atividade mais articulada entre todos os setores que estão no território, já está acautelado com o serviço de ação social, com as técnicas que estão no terreno, poderem de 15 em 15 dias fazer reuniões entre todas para discutirem processos e que para essas reuniões sejam chamadas também as outras entidades que trabalham em determinadas áreas que lhes dizem respeito, para que todas possam contribuir para uma melhoria significativa das pessoas mais carenciadas e que mais necessitam do concelho do Caminha. São pequenas alterações de procedimentos e que levarão a alterações em termos de efetividade no terreno. A questão dos Centros de Saúde referiu que em Vila Praia de Âncora se está a acompanhar as obras diariamente, por causa dos lapsos todos do projeto. Em Caminha vai iniciar agora em janeiro, que foi reduzido de três fases para duas, só a concretização da obra que estão agora a adaptar. A incubadora de empresas também se tornará uma realidade, na incubadora Verde em Argela, que foi realizada através de uma candidatura mas a CCDDR-N está a pedir a devolução do dinheiro porque não foi executada para



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

os fins que foram propostos e, portanto, há aquele equipamento que é um equipamento que está bonito, que está bem estruturado e portanto vai ser aproveitado para uma mais-valia, criando uma incubadora de empresas destinada principalmente para os jovens que poderá estar aberta para todas as pessoas que dela necessitam. Ao nível dos edifícios públicos municipais é preciso fazer um grande investimento, porque está a chover dentro de vários edifícios municipais, portanto é preciso fazer uma intervenção também nestes edifícios públicos, porque esta é a imagem do município. Por exemplo, a questão das acessibilidades também é uma questão importante, nomeadamente o acesso ao Salão Nobre que neste momento não é uma sala indicada para as reuniões de Câmara, porque as pessoas com mobilidade reduzida não podem assistir às reuniões de Câmara. Em termos de mobilidade, também se está a trabalhar nesse sentido em articulação com várias juntas de freguesia para que isso possa vir a ser uma realidade, como por exemplo, a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros está a tentar articular com a Freguesia de Argela a questão do transporte para que a de Vilar de Mouros que tem carrinha possa ir buscar também habitantes de Argela para trazê-los a Caminha. Também se está a articular, por exemplo, com a Freguesia de Dem e a União de Freguesias das Argas para que Dem também dê algum apoio de modo a ir buscar as pessoas às Argas e, portanto, também se está a trabalhar na questão do transporte flexível para as Argas, havendo uma articulação e uma parceria com empresas de táxi do concelho de Caminha que possam acautelar esta questão dos transportes para a Serra d'Arga, que é fundamental. Ao nível da pesca, do mar e do rio, também disse que quer fazer um trabalho de produção e de dignificação desta arte, havendo o compromisso do diretor da Docapescas para estabelecer um protocolo com a Câmara Municipal de Caminha para a entrega do edifício da Doca, para que a Câmara possa entregar à comunidade de pescadores de Vila Praia de Âncora que deveria ter este edifício desde o primeiro minuto e para que ali possam acolher um espaço de convívio para os pescadores de Vila Praia de Âncora. A Docapescas não disse que era totalmente inviável, antes pelo



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

contrário, está aberta à possibilidade de um protocolo nesse sentido, o que muito agrada e, portanto, espera já no início do próximo ano, nos primeiros meses, ter essa situação salvaguardada. Também está a trabalhar no sentido da certificação do peixe de mar, por origem de captura, com as entidades competentes, mas que não implica propriamente valor financeiro, encargo para o município neste momento. Referiu que a Confraria do Robalo é uma ideia do Presidente da Associação de Pescadores de Vila Praia de Âncora, sendo que a Câmara Municipal está a dar todo o apoio que for necessário, porque é uma iniciativa muito interessante. Também a ser trabalhada a questão da marca para o concelho de Caminha, uma marca que identifique, uma marca com a qual todos se sintam, no fundo identificados, o designer da Câmara está a trabalhar naquela que será a marca institucional do concelho de Caminha e que será apresentada durante o próximo ano a toda a comunidade, às diferentes associações e instituições para que se torne pública e seja de todos, inclusive que possa, numa primeira fase, recolher até contributos de todos antes de ser apresentada publicamente e formalmente. Este documento é dinâmico, é um documento que pode sofrer as alterações, pode sofrer revisões, que virá à reunião de Câmara sempre que for necessário, que irá à Assembleia Municipal, se assim for necessário, sem qualquer problema. É o documento com o qual o executivo vai trabalhar. No relatório do orçamento, tem uma série de informações sobre a margem do equilíbrio, apurada pelos serviços de Contabilidade, valores que podem depois em termos de receita oscilar, até por exemplo, no Regulamento para a atribuição das habitações sociais que vai ser implementado e vai haver mais uma verba, muito ou pouca vai ser para haver alguma verba e esses valores ainda não estão identificados, mas já está acautelado no orçamento. Em termos de indicadores surge a questão do endividamento de curto prazo, que cifra à data num total de 4.691.807,60€, o passivo da Câmara Municipal à data é de 23.833.056.39€, também a evolução anual da dívida, dos encargos, das taxas de juros, teve uma redução da evolução anual na dívida no que diz respeito aos empréstimos de médio e longo



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

prazo. A margem de endividamento absoluta do Município de Caminha é de 6.141.560,00€. A questão dos recursos humanos tem um peso interessante na despesa. As taxas do IMI e do IRS, essas já foram aprovadas nesta reunião de Câmara. Na área social é muito o apoio previsto, inclusive em termos de diferenciação procedimental em algumas áreas, algumas parcerias, inclusive de instituições que vão chegar agora ao território. Também se está a trabalhar na questão do cuidador informal, no cuidado ocupacional e não só, na preocupação que com o cuidador. Referiu que quer fomentar o Banco de Voluntariado, de modo a ter um Banco de Voluntariado efetivo, para dar formações, promover encontros, uma troca de opiniões, com sugestões e atrair jovens a participarem no Banco Alimentar. Em termos de planeamento de obras públicas, elas estão todas constantes no PPI, como a intervenção na zona empresarial da Gelfa, em termos de habitação social também há um impulso, o Mercado Municipal de Vila Praia da Âncora é uma prioridade, e já se está a iniciar os procedimentos para fazer um projeto de requalificação, com recursos do próprio município. A Escola Primária de Caminha, que estão a acautelar-se determinadas questões para que os procedimentos avancem todos já em janeiro. Também a questão das duas escolas secundárias do Agrupamento de Escolas do Concelho de Caminha. Sobre a Ponte de Caminha, sobre o rio Coura, informou que as Infraestruturas de Portugal já reuniram com o executivo no local, o que foi muito positivo, porque viram presencialmente uma situação de um camião com um peregrino, que se teve que encostar e desde logo começaram a trabalhar no sentido de criar uma solução de segurança para os peões, que poderá passar pelo alargamento da ponte, ou então uma sugestão que eles também deram de uma ligação em estacaria. Também já foi levado a Madrid a questão da ligação rodoviária efetiva entre Caminha e La Guardia. Vai iniciar-se o estudo em articulação com as várias entidades portuguesas e espanholas, porque esta ligação é importante. O estudo que vai ser pago pelo governo português, o que são boas notícias para o concelho de Caminha, porque enquanto não houver este estudo efetivo, se estudarem as várias possibilidades de ligação, as viabilidades, nunca mais se



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

conseguirá ter uma solução. A ligação da passagem de nível em Coura de Seixas só ainda não foi aberta por indisponibilidade de agenda dos técnicos da IP com os do Município, porque aquela abertura só pode ser feita ao mesmo tempo com os técnicos da Câmara e os técnicos da IP. Referiu que teve uma reunião com o Diretor Nacional da APA e o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, para verem o que se passa no Molhe Sul do Portinho de Vila Praia de Âncora, com uma acumulação de areias por não ter havido qualquer intervenção ao longo dos últimos anos, sendo um problema grave nomeadamente no que diz respeito ao acesso à rampa de salvamento, porque não dá para chegar lá neste momento. Também estão a trabalhar neste momento no protocolo para poder-se retirar aquela areia. Isto são investimentos, assim como a questão do desassoreamento do Rio Minho, também já está calculado o financiamento, e irá ser lançado no início do próximo ano. A questão também dos equipamentos desportivos que precisam de intervenções de manutenção. Foi feito um investimento no Âncora Praia de Futebol Clube e agora irá avançar a requalificação daquele equipamento no que diz respeito aos balneários e de todas aquelas salas, mas à parte disso, há mais dois campos que importam alguma atenção, que é a questão da bancada do Lanhelas Futebol Clube, que já estava em protocolo, e também a questão do Ancorense, porque é daqueles clubes que é sempre esquecido, o Ancorense também é um clube do concelho e também precisa de apoio, porque também ainda tem o telhado em fibrocimento, assim como estabelecer um protocolo com o Ancorense, por forma a que também fique com mais uma resposta para o concelho de Caminha e que vá depois albergar o grande evento que vai surgir no próximo ano, inclusive de um torneio que o Vereador José Leal está a organizar. A questão da Ordenha em Vile também é uma preocupação deste executivo, porque Vile tem um potencial económico grande e infelizmente não tem tido muito investimento. Tem uma empresa que é das maiores empregadoras do concelho de Caminha e tem outra empresa que traz milhares e milhares de pessoas ao concelho de Caminha, portanto, toda aquela zona tem de ser requalificada uma vez que é um potencial



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

catalisador de novos turistas para o concelho de Caminha e, portanto, vai se fazer uma requalificação naquele espaço, mas primeiro vai ser necessário adquirir a tal ordenha. Também se vai promover a visitação dos espaços e monumentos, por exemplo, a abertura da torre do relógio, a casa Ventura Terra que já está a ser elaborado um projeto para requalificar aquele património, assim como o observatório de Estrelas da Serra d'Arga também está a ser trabalhada. Em termos de cultura e eventos, há uma clara opção de descentralização da cultura e do combate à sazonalidade, de poder haver durante todo o ano diversos eventos, de poder haver também eventos novos que estão já propostos, como o concurso de bandas de garagem, por exemplo, haver quatro concertos solidários durante o ano em que esse valor reverta para uma causa específica para o concelho de Caminha, o fim de semana da mulher, três dias, três vozes, ou seja, haver vários projetos novos a serem implementados no concelho de Caminha, como a Camarilândia que vai ser para continuar e melhorar, porque teve milhares e milhares de visitantes. Ao nível do desporto é para continuar, obviamente, a apoiar o desporto, num aumento na questão do REMAD para ajudar as equipas, promover os trilhos pedestres e criar um centro de atividades de montanha. Destacou a Gala do Desporto do Concelho de Caminha, porque é importante que os desportistas do Concelho de Caminha, os atletas, os dirigentes, os clubes também se sintam valorizados e portanto irá ser feita a Gala do Desporto do Concelho de Caminha que decorrerá à partida em novembro do próximo ano, em data a definir. Sobre turismo, parcerias e geminações será feito o trabalho da projeção do concelho na questão dos Caminhos de Santiago, a geminação com Pontault Combault vai ter uma nova vida de intercâmbio, quer seja com as escolas, com as associações culturais, com os grupos recreativos, porque é fundamental que esta geminação tenha vida, assim como a criação de outras. Em termos de obras particulares o executivo está a trabalhar numa alteração aos procedimentos para que haja uma simplificação de procedimentos de forma que as pessoas tenham resposta de forma célere. Em termos de Educação e Juventude, vai dar início a revisão da



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

Carta Municipal de Educação e verificar quais são os contributos que foram dados e fazer avançar todo este processo que é fundamental. Vai também ser criado o Fórum Anual da Juventude e vai ser implementado algo que já existiu no Concelho de Caminha que eram os jovens com mais de 16 durante as férias de Verão, possam colaborar na Câmara Municipal, já está a ser efetuado o regulamento e a forma como é que isto se vai proceder. Na saúde vai manter-se o projeto também da unidade móvel às freguesias e com novos regulamentos que vão surgir durante o próximo ano. O abrigo dos animais domésticos tem mesmo de ter uma requalificação, porque é inadmissível o estado em que aquele equipamento está, completamente deteriorado por falta de manutenção, até ao final do próximo ano aquele abrigo será requalificado, assim como vai estar também disponível a plataforma digital para a adoção de animais. Ao nível do ambiente, relativamente à questão dos monos, é um drama muito grande e, portanto, vai haver uma sensibilização dos munícipes do concelho de Caminha e colocação de sinais junto aos locais para que as pessoas percebam das dificuldades acrescidas que tem o município de Caminha pela falta de civismo que existe muitas vezes, por não se respeitar os horários previstos e as datas previstas para essa respetiva recolha.

O **Senhor Vereador Rui Lages** agradeceu o trabalho realizado pelos serviços da Câmara Municipal, destacando, em particular, os serviços da Divisão Administrativa e Financeira, a Dra. Ana Dourado, o Dr. João Ferreira e a Dra. Carina Aldeia, técnicos que, até há bem pouco tempo, trabalharam com o anterior Executivo. Referiu que conhece bem a capacidade técnica que possuem e a forma como gostam de trabalhar, com lisura e objetividade, salientando que o documento apresenta, na sua vertente técnica, precisamente esse compromisso com o serviço público.

Acrescentou que não fará uma análise técnica ao documento, por considerar que está presente para proceder a avaliações de natureza política e estratégica que o mesmo suscita. Referiu ainda que a Senhora Presidente fez uma



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

introdução bastante detalhada do documento em análise e que também pretende fazer alguns apontamentos, apresentar algumas críticas, formular alguns elogios e prosseguir com a apreciação da matéria. Desde logo, referiu que aquilo que estava bem feito deve continuar, conforme se constata na segunda folha do documento. Assim deve ser a política pública: não cortar, de “régua e esquadro”, tudo o que foi feito anteriormente, mas antes aproveitar aquilo que se entende ser positivo, dar-lhe continuidade, melhorar e consolidar. Acrescentou que é também com esse espírito que os Vereadores do Partido Socialista se apresentam para colaborar nos projetos futuros que venham a ser apresentados nesta Câmara Municipal, deixando, por isso, essa nota de reconhecimento.

Lamentou que, no primeiro orçamento apresentado, se refira o aumento de 20% para as Juntas de Freguesia, tema que já foi debatido anteriormente. Referiu que a Senhora Presidente, na sua intervenção introdutória, voltou a mencionar esse aspeto, mas afirmou ter ficado desiludido com o pouco avanço verificado nesta matéria, considerando que se esperava um reforço mais significativo na atribuição de verbas às Juntas de Freguesia. Recordou ainda que, como referiu uma anterior Vereadora nesta Câmara Municipal, eleita pela OCP, são as Juntas de Freguesia que estão na linha da frente e na vanguarda do serviço público no concelho. Referiu que consta a criação de uma zona industrial entre Argela e Vilar de Mouros, mas disse saber bem as dificuldades que podem estar subjacentes nesta matéria, desde logo também questões ligadas ao Plano Diretor Municipal, mas que verifica no orçamento que haverá também a revisão do Plano Diretor Municipal, pelo menos consta uma verba a acautelar essa matéria e, portanto, será também o momento de coordenar uma coisa e outra. Sobre o Centro de Montanha na Freguesia de Dem, disse que já foram dados alguns passos para a concretização deste projeto. Perguntou se a Junta de Freguesia de Dem está envolvida neste processo. Verificou a intenção de criação de um parque de estacionamento subterrâneo no Largo da Feira e, sabendo que a titularidade daqueles espaços se encontra no âmbito de uma



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

parceria público-privada celebrada para as Piscinas de Vila Praia de Âncora, questionou qual será a estratégia para assegurar o bom termo da PPP das Piscinas. Disse achar curioso também na página 12, no que diz respeito ao quadro de empréstimos de médio e longo prazo, a Senhora Presidente fazer questão de ressaltar um período temporal de empréstimos 2010-2013 de gestão do PSD, em que afirma que importa referir, relativamente a este quadro, que entre 2010 e 2013 o país viveu uma das maiores crises financeiras de que há memória, levando à entrada da troika no país. Achou curioso também a Senhora Presidente fazer esta ressalva na gestão do PSD, mas também poderia ter dito que no ano de 2020 a 2023 houve uma pandemia que abalou e assolou o território nacional e o concelho de Caminha em particular, onde efetivamente pararam as empresas, pararam os comércios e houve necessidade de se readaptar, e a própria Câmara Municipal também se teve de readaptar a esta situação. Alertou também que neste período temporal houve uma contração de empréstimos e que houve fundamentos também para os mesmos, sendo certo que na sua gestão municipal não houve qualquer contração de empréstimos. Disse querer fechar um ciclo relativamente àquilo que é a dívida pública municipal, que é assumida agora pelo atual executivo, onde se vê que no mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município de Caminha, a dívida total cifra-se em 13.156.957,00€ e sempre foi tido como ponto de honra demonstrar que a Câmara Municipal tinha feito um esforço grande para diminuir a sua dívida, não havia contas maquilhadas, existia realidade, existia objetividade. Disse que na página 23 refere também a Senhora Presidente de um grande projeto, um projeto importante a nível cultural e não só, com a parceria com os municípios transfronteiriços, no que diz respeito à Eurocidade, um projeto importante para o Concelho de Caminha, mas também para os vizinhos galegos, onde deve ser incluído o Rosal. Congratulou-se por ver que existem eventos que se vão manter e que vão dar continuidade ao Festival Vilar de Mouros, o ArtBearFest e o SonicBlast, como sendo eventos que são alavanca do comércio, alavanca da economia local e depois também mais à frente diz que



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

vão manter a festa do mar da sardinha e que há outros eventos que vão ter a sua continuidade e outros também surgirão como muito bem referiu a Senhora Presidente, desde logo o dia da mulher, o festejo da semana do dia da mulher. Referiu a Senhora Presidente também a importância dos Caminhos de Santiago, que era um tema também que vinha falando já em anteriores legislaturas e que aqui mantém, chamou a atenção para o facto de os Caminhos de Santiago, no Concelho de Caminha, a Sul, iniciarem-se na Freguesia de Âncora e não na freguesia de Vila Praia de Âncora, como está expresso na página 27, até Lanhelas. Infelizmente também se verificou a parte do documento que existe o abrandamento do fulgor económico do concelho de Caminha, desde logo pelo que diz respeito à arrecadação de receita de IMT e vesse que a Senhora Presidente foi muito cautelosa e a prever um abrandamento da economia do concelho de Caminha. Disse esperar que isso não venha a acontecer. Saliu a dizer que há um aumento desta verba dos serviços de publicidade, passando a ter uma verba prevista de 100 mil euros para 113.945 mil euros. No que diz respeito aos grandes investimentos, referiu que este é o maior orçamento de sempre, com um valor superior a 35 milhões de euros, que posteriormente ainda poderá aumentar com a incorporação do saldo de gerência no próximo ano. Assim, haverá muito dinheiro para gerir, quer ao nível do investimento, quer da despesa corrente, exigindo uma gestão rigorosa de um orçamento de mais de 35 milhões de euros. Acrescentou que uma parte significativa deste investimento — cerca de 10 milhões de euros — diz respeito a candidaturas trabalhadas, preparadas, submetidas e aprovadas pela gestão do Partido Socialista na Câmara Municipal. No que diz respeito aos impostos que suportam este orçamento, reiterou a posição do Partido Socialista e o seu desagrado global, considerando que a expectativa criada, enquanto líderes da oposição, de uma mudança estrutural na política fiscal da Câmara Municipal, ficou defraudada. Ainda assim, afirmou que, ao longo dos próximos quatro anos ou nos próximos orçamentos, haverá oportunidade de demonstrar a descida que é expectável que venha a ocorrer, manifestando disponibilidade para trabalhar e apoiar esse objetivo comum, que



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

beneficiará a população do concelho. Disse que a Senhora Presidente referiu que este não é o seu orçamento, mas este não é orçamento do Partido Socialista, portanto ficarão sempre com este orçamento como sendo o orçamento deste novo executivo, com políticas que pretendem implementar e prosseguir para o concelho. Acrescentou que, quando se fala em edifícios municipais, se está a referir a edifícios propriedade da Câmara Municipal de Caminha e que, como é sabido, o edifício onde funcionam os serviços administrativos não é um edifício público, pertencendo à Santa Casa da Misericórdia de Caminha, que o dá de arrendamento à Câmara Municipal mediante o pagamento de uma renda mensal de cerca de sete mil euros pela utilização do espaço. Concluiu afirmando que os Vereadores do Partido Socialista assumem, relativamente a este orçamento, uma postura construtiva no âmbito da política pública e que, por esse motivo, se irão abster na votação deste primeiro orçamento apresentado pelo Executivo.

A presente proposta foi aprovada com 4 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores Carlos Castro, Ana Rocha e José Leal, 0 votos contra e 3 abstenções dos Senhores Vereadores Rui Lages, Liliana Ribeiro e João Pinto.

### **PROPOSTA N.º 6 – ATUALIZAÇÃO DE TARIFÁRIOS DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS PARA 2026;**

Em 1 de fevereiro de 2017, a Câmara Municipal deliberou que a atualização das taxas, tarifas, preços e demais instrumentos de remuneração financeira fossem atualizados de forma automática pelo Índice de Preços no Consumidor do ano anterior, com efeitos a partir do primeiro dia útil do mês de fevereiro de cada ano.

Pretendeu-se, com esta deliberação, uma automatização e uniformidade na atualização de todos os instrumentos de remuneração financeira do Município.



## Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

Nos termos regulamentares da ERSAR e pese embora a Câmara ter deliberado nas suas competências, este tipo de atualização não é considerado por esta entidade válido, pelo que deve existir uma aprovação do tarifário do município para cada alteração ou deliberação da manutenção do tarifário para cada ano.

Assim, **propõe-se** que a Câmara Municipal delibere, na sua competência material, conforme a alínea e), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro, na sua redação atual, que o tarifário dos RSU para o ano de 2026 se mantenha o atual tarifário de 2025.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores Carlos Castro, Ana Rocha, José Leal, Rui Lages, Liliana Ribeiro e João Pinto, 0 votos contra e 0 abstenções.

### **PROPOSTA N.º 7 – APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA;**

Para produção de efeitos imediatos de todas as propostas constantes nesta minuta de ata, **propõe-se** a sua aprovação.

A presente proposta foi aprovada com 7 votos a favor da Senhora Presidente e dos Senhores Vereadores Carlos Castro, Ana Rocha, José Leal, Rui Lages, Liliana Ribeiro e João Pinto, 0 votos contra e 0 abstenções.

E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 17 horas e 05 minutos, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Tomás Henrique Fernandes Antunes, Assistente Técnico da Secção de Expediente Geral e Apoio aos Órgãos Autárquicos, que a redigi.

Paços do Município de Caminha, 18 de dezembro de 2025



# Câmara Municipal de Caminha

Ata 23/25 de 18/12/2025

ASSINATURAS:

A PRESIDENTE DA CÂMARA

---

Liliana Sofia Bouça da Silva

O ASSISTENTE TÉCNICO

---

Tomás Henrique Fernandes Antunes